

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Cumprimento todos os funcionários públicos que se fazem presentes nesta Casa pacificamente, fazendo as suas manifestações e participando desta sessão. Sejam todos bem-vindos!

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito, em primeiro lugar, o deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a minha saudação também a todos os servidores que acompanham esta sessão da Assembleia Legislativa e todos que nos acompanham pela TVAL.

Eu vou falar sobre o Novembro Dourado. Tivemos o Outubro Rosa, lembrando a importância da prevenção do câncer na mulher e, especialmente,

deputado Altair Guidi, a prevenção do câncer de mama. E já está ganhando corpo na sociedade brasileira, em Santa Catarina, enfim, em todas nossas cidades como é importante esse movimento de conscientização para a saúde, porque essa conscientização está na base da promoção da saúde, da educação em saúde e da prevenção. E não é um olhar somente para o doente, pois é lógico que temos que cuidar dos doentes, porque eles estão doentes, e cada vez doentes mais cedo. Por isso, precisamos cuidar deles. Mas precisamos cuidar da saúde do ponto de vista da promoção, da educação, da prevenção.

E assim como há o Outubro Rosa, da mesma maneira também foi concebido o Novembro Azul para nós, homens, principalmente focado na prevenção do câncer de próstata, o câncer que mais mata o sexo masculino, mas que é perfeitamente possível de ser diagnosticado precocemente. E quanto mais cedo for diagnosticado, melhores serão as chances, doutor e deputado Antônio Aguiar, que também é médico, de cura.

E agora, felizmente, a Lei Federal n. 11.650, de 4 de abril de 2008, sancionada pelo meu querido presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil. E no início do mês de novembro, através de um projeto de autoria do deputado Narcizo Parisotto, também foi aprovada a Lei Estadual n. 16.161, que institui o Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil. E tanto na lei federal, quanto na estadual, naturalmente o dia é 23 de novembro.

Falo, como médico pediatra, de como é importante, nessa área do câncer infantil e do câncer infanto-juvenil, que possamos também conscientizar a sociedade para que esse diagnóstico seja feito precocemente. O câncer, infelizmente, ainda é a principal causa de mortes não violentas das nossas crianças e jovens. Mas muitas dessas vidas poderiam ser poupadas, prolongadas, com o diagnóstico precoce.

Hoje em Santa Catarina há os nossos serviços especializados, e tendo como referência o nosso Hospital Infantil Joana de Gusmão, que recebe em

torno de 70 a 80% das crianças com câncer de todo o estado de Santa Catarina, temos também em torno de 75% a 80% de cura. Até há pouco tempo a doença era um fantasma e as pessoas tinham até medo de pronunciar a palavra câncer; as pessoas com câncer se escondiam, não falavam para ninguém, pois havia preconceitos na sociedade. Mas, felizmente, evoluímos muito, especialmente em Santa Catarina, em relação ao câncer infantil. O câncer infanto-juvenil, hoje, é tratado aqui como se trata nos melhores lugares do primeiro mundo, com tratamento de excelente vanguarda e qualidade do ponto de vista médico, clínico, cirúrgico, tecnológico, enfim, em todas as frentes.

Por isso, é importante que a sociedade esteja consciente. Esta Casa aderiu a este movimento e através da comissão de Saúde mandamos produzir milhares de panfletos a pedido da Avos - Associação de Voluntários do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Eu quero aqui até fazer uma homenagem à Avos, através, especialmente, da sua presidente Maria Gertrudes da Luz Gomes, que tem estado frequentemente nesta Casa e que tem trabalhado em conjunto com a comissão de Saúde. E a pedido da Avos esta Casa autorizou a impressão de panfletos de orientação e de cartazes como este que está aqui comigo para serem distribuídos em todo o estado de Santa Catarina com o intuito de divulgar que o câncer tem cura. Fique atento aos sintomas para propiciar o diagnóstico precoce.

E quais são os principais sinais, os primeiros sintomas? São vários, desde determinados tipos de dor de cabeça, perda de equilíbrio de visão, sangramentos, manchas roxas pelo corpo, ínguas aumentando, linfonodos, emagrecimento sem causa, palidez sem motivo, caroço em qualquer parte do corpo, dores pelo corpo e nas juntas, febre. São vários os sintomas e eu não quero ficar aqui declinando-os para não apavorar e assustar os pais, porque daqui a pouco uma criança pode ter febre, uma manchinha roxa, mas pode ser porque simplesmente ela levou um tombo ou por outra razão qualquer.

Mas é importante que desfaçamos esse medo e possamos procurar antecipar esse diagnóstico feito pelos nossos médicos, nos postos de saúde, nos ambulatórios, nos seus consultórios, em todos os níveis, procurando buscar sempre essa alternativa de possibilidade diagnóstica para a criança. Que possamos, então, antecipar esse diagnóstico para fazer o tratamento. E se o tratamento for feito precocemente, o índice de cura será bem alto.

Além do apoio que a nossa Casa deu, queremos dizer que nós mandamos imprimir um pin dourado alusivo ao Novembro Dourado. Tenho 40 deles aqui para dar de lembrança para cada deputado. Gostaríamos que os deputados pudessem usá-lo em seu peito ao menos durante este mês de novembro, Novembro Dourado de prevenção, de combate, de controle ao câncer infantil.

Entendo que é uma causa nobre, uma causa justa e que vai valer a pena estarmos todos engajados nela. Espero que também nas nossas cidades, nas nossas comunidades possamos ir avançando, assim como o Outubro Rosa, o Novembro Azul e agora o Novembro Dourado. E que possamos fazer com que essa situação torne-se cada vez menos dramática para, assim, podermos garantir a saúde das nossas crianças, que, com certeza, não há nada mais precioso e importante do que a saúde delas. É uma causa que temos que lutar sem tréguas.

Além de tudo isso que está aqui, queremos ainda lembrar que temos que pensar não somente nas causas dos sintomas que estão expressos aqui nos cartazes e panfletos, mas também na prevenção, porque, hoje, através da epidemia da obesidade que começa na infância, advêm as comorbidades. E entre elas, além da epidemia de diabetes tipo 2, estamos também cada vez com mais câncer em função dos problemas graves da alimentação, dos excessos do sal, dos açúcares, das gorduras, dos agrotóxicos e tantos outros problemas que temos que prevenir.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Volnei Morastoni, que veio com um assunto tão interessante, que é o dia 23 de

novembro, o Dia Nacional do Combate ao Câncer Infantil, uma data que pode salvar vidas.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, deputado da região do planalto norte catarinense, mais precisamente da cidade de Canoinhas, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, servidores aqui presentes, e, inclusive, servidores do Iprev - e saibam que o presidente Adriano Zanotto almoçou com a bancada do PMDB e recebeu apoio às reivindicações -, gostaríamos de dizer que a nossa conversa, hoje, é sobre o centenário da comarca de Canoinhas, que aconteceu na semana passada.

Na ocasião, estiveram presentes em Canoinhas o ministro Marco Aurélio Buzzi; o ex-ministro Paulo Gallotti; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Barreto Dutra; o desembargador José Volpato de Souza; e a desembargadora Rosane Portella Wolff. Enfim, estavam presentes mais de dez desembargadores, os quais nós agradecemos pela presença.

Também agradecemos a grande homenagem que foi prestada ao município de Canoinhas. E nós tivemos uma caminhada histórica: Canoinhas, no centenário da comarca, recebeu nada mais, nada menos do que o projeto para a implantação do novo fórum de Canoinhas. Mas também fizemos história: relembramos o único juiz do estado de Santa Catarina assassinado no exercício da profissão no município de Canoinhas, no ano de 1933, Francisco Almeida Cardoso.

Peço à assessoria que exiba algumas fotos no telão.

(Procede-se exibição de fotos.)

Esta foto mostra o momento em que o juiz de direito Márcio Fontes recebeu o título de Cidadão Honorário.

Esta outra foto mostra o projeto sendo entregue ao prefeito Beto Faria, juntamente com o vice, Wilson Pereira, o dr. André, os dois ministros que eu citei e o vereador Chiquinho.

Esta foto mostra a promotora de Justiça, o desembargador José Volpato de Souza e Ricardo Pereira Martins.

Esta foto mostra o momento da cavalcada em que foi entregue a homenagem póstuma, uma coroa de flores, no local onde o juiz Francisco Almeida Cardoso foi assassinado.

Esta foto mostra o juiz de Direito recebendo as referidas homenagens.

Quero dizer a v.exas. que foi uma semana de trabalho, mas também festiva, no município de Canoinhas. E lá foi feita a sessão do Tribunal de Justiça, sendo que o presidente Cláudio Barreto Dutra conduziu muito bem os trabalhos.

Gostaria de dizer aos catarinenses que Canoinhas, no seu centenário da comarca, faz história para o estado de Santa Catarina.

Na bandeira de Canoinhas está escrito *catharinensis semper*. Isso significa o quê? Significa que escolhemos pertencer ao estado de Santa Catarina. No litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina o município de Canoinhas escolheu pertencer a Santa Catarina. Por isso que na bandeira municipal de Canoinhas está escrito *catharinensis semper*. Essa é uma das diferenças que temos do planalto norte com o município de Canoinhas.

Mas quero dizer aos catarinenses que esse fato vivido com intensidade pelo presidente da Câmara, Renato Jardel Gurtinski, pelos demais vereadores, pelo prefeito Beto Farias e o vice, Wilson Pereira, pelo deputado Antônio Aguiar, pelos advogados lá presentes representados pelo presidente da OAB de Canoinhas, dr. Israel Dias dos Santos, foi um fato histórico e importante para a nossa cidade, que marcou profundamente o centenário de Canoinhas.

Também estive lá presente o ex-desembargador Francisco, o popular Chicão. E, inclusive, tivemos a satisfação de, juntamente com ele, quando era presidente do Tribunal de Justiça, transformar um espaço territorial que era da Polícia Militar para servir de local onde será construído o novo fórum de Canoinhas. Esse foi um fato importante e que na

época o governador Luiz Henrique da Silveira também participou.

Quero dizer aos catarinenses que esse momento que vivemos lá na cidade de Canoinhas foi um momento importante em que nós, do planalto norte, do município de Canoinhas, começamos a fazer uma grande campanha para que os Jogos Abertos da Terceira Idade do Estado de Santa Catarina sejam realizados no ano que vem no município de Canoinhas.

Por que esse importante pedido aos conselheiros da Fesport, aos conselheiros da secretaria Turismo, Cultura e Esporte para que escolham Canoinhas?

Primeiro, quero dizer que este deputado que lhes fala foi o deputado que fez a lei dos Jogos Abertos da Terceira Idade no Estado de Santa Catarina. Segundo, que essa prerrogativa já foi solicitada no ano passado, mas, por motivos da saúde deste deputado, que teve o câncer de ampola de Vater... E entre um milhão de pessoas, uma tem esse tipo de câncer, e o deputado Antônio Aguiar foi premiado com esse tipo de câncer. Mas, felizmente, fui mais premiado ainda porque ele foi diagnosticado em tempo hábil, foi feita a cirurgia e agora estou curado.

Então, o que o deputado Volnei Morastoni preocupava-se em dizer é que temos que fazer o diagnóstico com antecedência. Fazendo o diagnóstico com antecedência temos certeza de que teremos uma boa evolução em todos os tipos de câncer, seja de mama, de próstata ou do câncer infantil.

Mas, continuando a minha fala sobre os Jogos Abertos da Terceira Idade, quero conclamar a todos os nossos conselheiros que votem pelo município de Canoinhas para os Jogos Abertos da Terceira Idade do ano que vem. Por que isso? Porque grande parte dos eventos é realizada em cidades do litoral, como Florianópolis, Joinville, Itajaí e outras cidades do litoral. Queremos que as cidades do interior tenham a sua divulgação, que o interior também seja premiado para fazer grandes homenagens aos idosos que fizeram a nossa história. Nossas

vidas dependem dos nossos pais e avós. Foram eles que nos deram condições de ser quem somos hoje. Foram eles que fizeram com que as nossas famílias se mantivessem unidas e que cada um na sua família usufruísse, hoje, daquilo que os nossos avós e os nossos pais plantaram.

Gostaria de dizer a vocês, catarinenses, que é com muita honra que, se Canoinhas for escolhida, vamos receber os idosos e os catarinenses de braços abertos na nossa cidade!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, pelo seu trabalho e parabéns a Canoinhas!

O próximo orador inscrito em Breves Comunicações é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os deputados desta Casa e os policiais civis do estado de Santa Catarina que estão com as faixas dizendo: "Salário dos policiais civis - vergonha do descaso do governo do estado de Santa Catarina - é um dos piores do Brasil." Em cada local deste estado por onde passamos quando viajamos temos visto a manifestação.

Parabenizo os policiais pela manifestação e por estarem aqui presentes, assim como parabenizo todos os demais servidores, pois há também a questão do Iprev.

Temos que, nesta Casa, fazer o bom debate para consensoarmos os melhores caminhos para todos os servidores do estado catarinense.

Hoje de manhã recebi em meu gabinete a prefeita da São Cristóvão com os alunos da Escola Básica Professor A. Furtado, do segundo ano. E quero dizer que eles fizeram uma cartilha com a comparação do custo mensal de um aluno com o custo mensal de um preso, comparando com o Presídio Agrícola de São Cristóvão.

Ao mesmo tempo, deputada Luciane Carminatti - e v.exa. é professora -, eles me mostraram fotografias da escola estadual, que nos dias de

chuva eles não têm como ficar dentro da sala. As fotografias mostram as coberturas todas tortas, os espaços dos professores para lanche, que adequaram um cantinho do almoxarifado para eles fazerem o almoço.

Fizeram um comparativo com o presídio agrícola e dá para chegar à conclusão de que o pessoal do Presídio Agrícola de São Cristóvão tem uma condição muito melhor do que a dos alunos dentro da sala de aula, pela explanação das duas alunas.

A planilha deles mostra claramente que o custo mensal de um aluno na escola pública do estado fica em torno de R\$ 266,00. O custo mensal de um preso no Presídio Agrícola de São Cristóvão é de R\$ 2.034,00, e quando esse preso tem família, o estado tem que bancar o auxílio família. Assim, são mais R\$ 978,00, mais que um salário mínimo, para a manutenção da família enquanto esse preso fica enclausurado, sendo que o custo do aluno anual fica em R\$ 3.192,00 e o custo anual de um presidiário é R\$ 24.408,00.

Parabenizei o pessoal da Escola de São Cristóvão, que fez uma espécie de boletim, deputado Neodi Saretta, chamado escola x penitenciária. O que vale mais: um detento ou um aluno? Estudos comprovam que o preso vale mais do que um aluno no estado de Santa Catarina.

Então, é um material muito pragmático, muito legal e muito bem feito. Quero parabenizar os alunos da escola, a prefeita Sisi Blind e o vereador Faustão, que os acompanhava aqui neste plenário para expor essa questão da diferença entre as duas instituições.

Ao mesmo tempo, quero aqui, como deputado do Partido dos Trabalhadores, fazer a minha manifestação sobre a espetacularização que houve com relação à prisão dos envolvidos, ou que foram condenados na Ação 470 por parte do Supremo, especificamente por parte do ministro Joaquim Barbosa.

Ficou claro em todos os jornais nacionais que o que queriam era prender os companheiros do PT, que foram presos José Dirceu, José Genoíno, inclusive doente - e que recentemente saiu de uma

UTI, após 60 dias, por aneurisma de aorta -, Delúbio Soares. Eu acho que cada um tem que pagar os seus pecados. Não estou fazendo defesa do resultado. Agora, temos que fazer a defesa do formato que fizeram. Primeiro, porque a lei é clara, a prisão deles era para ser semiaberta e houve um excesso de autoridade do Supremo, do ministro, que hoje, inclusive, passou a ser questionado pela OAB. Passou a ser questionado por ministros do Supremo, que votaram pela condenação, como Marco Aurélio, dizendo que não viam a menor justificativa para a prisão dessa forma em que o estado brasileiro pega um avião, leva os presos para Brasília - e vai ter que levar de volta para São Paulo -, simplesmente para dizer que prenderam. Prenderam esses e todos os outros que são da mesma ação, que aí tem dos outros partidos, PMDB, PP, PSDB, e nenhum deles foi preso. Vamos ver o que acontece pela frente.

Então, primeiro, a minha solidariedade a José Genoíno, que mora num apartamento da Cohab até hoje, que não se locupletou com o erário público. Diferente de muitos, inclusive em Santa Catarina, no ministério, que recebem indevidamente fazendo o que fazem numa forma de postura nitidamente política. E o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, inclusive, está aí sendo assinalado para poder ser candidato a vice na chapa de Aécio Neves. Vamos ter um tucaninho de outra cor como vice, possivelmente.

Portanto, estou fazendo aqui a minha manifestação, primeiro, de repúdio ao formato; segundo, de repúdio ao autoritarismo execrado pelo juiz do Supremo; terceiro, por não cumprirem a lei e a Constituição, porque foram presos, condenados para regime semiaberto, e ficaram dois dias presos; terceiro, por produzir custo ao levarem para Brasília quem tinha que ficar em São Paulo.

Então, é importante que façamos esse debate do respeito às instituições e do respeito à lei como ela tem que ser. Por isso que vários juízes do Supremo, e não apenas o juiz Marco Aurélio de Farias Mello, que votou pela condenação, hoje cobraram publicamente o porquê da conduta tomada,

a pedido de Joaquim Barbosa, ministro do Supremo, na sua conduta e no seu comportamento?

No mais aqui também acho que é importante enaltecer, deputada Luciane Carminatti, que por mais que façam contra o PT, por mais que façam contra o nosso governo, as pesquisas, ontem, mais uma vez, mostraram que a nossa Dilminha continua de vento em polpa, enquanto que o resto decaiu, mostrando nitidamente a confiança do povo brasileiro no nosso governo.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não! Concedo a palavra à nossa companheira Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero destacar a sua fala, especialmente com relação à Ação Penal 470, e dizer, deputado Jailson Lima, como presidente da comissão de Direitos Humanos, que temos que perseguir neste país a democracia. E não existe democracia sem justiça. E a justiça tem que ser para todos, para "a", "b" ou "c", para os brancos, negros, evangélicos, católicos, para quem é do PT e para quem é do PSD.

O grande crime que essas pessoas fizeram, dado que em nenhum momento nos autos do processo há uma prova material sequer, é que elas são filiadas ao Partido dos Trabalhadores. O grande crime é este, porque se fossem filiadas a outros partidos, com certeza estariam livres, leves e soltos, como estão tantos aí que enriqueceram. Diferentemente de José Dirceu e de José Genoíno, que não enriqueceram um centavo.

É isso que precisa ser dito. Eu acredito que quem perde com isso são aqueles que lutam pela democracia e pela justiça verdadeiramente neste país.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Haja vista, deputada Luciane Carminatti, que o mensalão do PSDB, de Minas Gerais, até hoje sequer iniciou o seu julgamento. Esperamos que o Supremo tenha o comportamento de julgar aquilo urgentemente para ver se há um encaminhamento, tendo em vista que são dois pesos e duas medidas.

No mais, deputado Kennedy Nunes, o meu obrigado a v.exa., que preside esta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, que é do PSD, delegado e com bases em São Miguel d'Oeste e Balneário Camboriú, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Oh, princesa gentil do planalto, erga a fonte orvalhada de luz! Esta é uma parte do hino de minha terra de nascimento, a nossa querida Canoinhas.

Então, também a minha saudação ao deputado Antônio Aguiar, de Marcílio Dias, distrito onde passava o trem e que teve um crescimento muito grande.

Quero, ao saudar o deputado Antônio Aguiar, ressaltar que lá estava presente o ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, meu colega de faculdade, e que foi presidente do Diretório Acadêmico Estudantil de 78 a 79 na faculdade de Direito de Itajaí. E fui seu sucessor de 79 a 80. Ele é uma pessoa por quem temos admiração e um grande orgulho desse catarinense.

Já coloquei o símbolo da campanha abraçada pelo nosso deputado Volnei Morastoni, que faz um grande trabalho a favor da prevenção e do combate ao câncer infantil.

Quanto ao pronunciamento feito pelo deputado Jailson Lima a respeito dos presos do mensalão, quero dizer que o único que iria ficar na cadeia se mandou, que foi o Pizzolatti, porque ele sabia que iria estourar no churrasqueiro, no garçom. Quanto aos outros, logo já vai vir direito à prisão domiciliar, direito a isso, direito àquilo e ninguém vai ficar na cadeia. Ele viajou 20 horas até o Paraguai, pegou um avião na Argentina e foi para a Itália.

Reconheço as qualidades de vários políticos, que até têm ideologias, mas que cometeram erros, sem até nem tido facilidades financeiras, mas, infelizmente, participaram de um esquema que envergonhou o Brasil.

Então, a justiça tem que ser feita. Está parecendo a imagem do faz de conta, quem tem que ficar preso fugiu.

Quero aproveitar para saudar todos que nos acompanham pela TVAL, assim como também os nossos peritos, os policiais civis e o pessoal do Iprev. Os projetos que interessam às categorias já estão em tramitação nesta Casa. Gostaria de dizer que hoje pela manhã pedi que todos os projetos que atendem as categorias fossem votados, porque se os projetos já estão em concordância e são frutos de uma longa discussão dos servidores com o governo com paciência, deve-se votar aquilo que já foi resolvido. Falei do pessoal do IGP, que teve paciência para construir um projeto que atende às expectativas, e por isso podemos votar esses projetos.

Antes da votação dos projetos estávamos numa discussão a respeito da estadualização de rodovias municipais passando para o estado. Eu pedi vista para analisar, tirar aquela discussão da pauta e trazer os projetos para que o encaminhamento fosse mais rápido. É claro que respeitamos, tem que haver uma análise dos projetos, mas confessamos que desde a semana passada, quando pegamos as cópias dos projetos, já lemos no mínimo umas três ou quatro vezes cada projeto. Acho que, salvando algum erro de redação, a maioria está pronta para ser votada.

Ainda há a questão dos policiais, que ainda têm que haver a possibilidade de um diálogo. Hoje falei ao presidente do Sinpo, que o melhor é pautar o que pode ser resolvido nesse momento e tentar buscar uma conciliação. Pelo confronto não vai se chegar a lugar nenhum!

Então, acho que é um momento de diálogo e de ver o que dá para construir neste momento e o que dá para construir a curto, médio e longo prazos.

Também assomo a esta tribuna para registrar uma reunião da comissão de Segurança Pública, da Câmara de Vereadores de Itajaí. Fui convidado e participei, como presidente da comissão de Segurança Pública, da reunião da Câmara de Vereadores de Itajaí com os moradores do

loteamento de Santa Regina, do bairro Espinheiros, em Itajaí, com a presença do vereador Carlos Ely Castro, presidente da comissão, e do Rafael Desidério, proponente daquela reunião. Estiveram lá presentes também o vereador Orlando, a Ana e a Neusa.

A reunião contou com a presença de, aproximadamente, 70 pessoas falando de segurança e pleiteando, principalmente, a presença ostensiva da Polícia Militar no loteamento Santa Regina. Até para se ter uma ideia do problema, perguntei quantas pessoas lá presentes já tinham sido vítimas de algum furto, roubo, naquele bairro. Imaginei que talvez uma meia dúzia, mas mais de 50 levantaram a mão.

Então, vemos que realmente tem que haver um investimento na segurança pública no bairro. Hoje o Tiago Morastoni, um dos organizadores do evento, iria visitar o Comando Regional da Polícia Militar em Itajaí e solicitar providências. Estamos fazendo um apelo, e vamos fazer por escrito, ao secretário da Segurança, César Grubba, que tem-se preocupado e sido atento aos reclamos para que determine ao comando-geral uma ação enérgica no bairro Espinheiro, em Itajaí.

Sabemos que existe criminalidade cíclica. A Grande Florianópolis, de 2000 a 2010, teve mil homicídios, que é um número alto. Sabemos que há grande mortalidade de menores por briga de gangues e quadrilhas e que desses mil homicídios uns 50 foram homicídios passionais, por briga de vizinhos, por desentendimento. O restante era bandido matando bandido, briga de gangues do tráfico de drogas. Tivemos problemas graves em Camboriú e Navegantes e agora vemos que o bairro Espinheiros, em Itajaí, precisa de uma intervenção para que se diminua a criminalidade.

Assim, faço este registro e quero dizer que realmente não esperava tanta participação popular, tantas pessoas clamando por segurança pública. É muito importante que se dê uma atenção especial àquele bairro. Pedimos a presença ostensiva da Polícia Militar, fazendo uma ronda permanente.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e trabalhadores que nos acompanham e estão na luta há mais de seis anos para a recuperação e valorização salarial.

Queremos falar sobre dois assuntos. Um deles, e que já foi tratado pelo deputado Jailson Lima, mas quero reforçá-lo, é sobre a Ação Penal n. 470. E quero também falar sobre os projetos que estão aqui tramitando depois de muita negociação, muita luta e muita mobilização nesta Casa.

Primeiro, vou falar sobre os projetos. Nós tivemos conhecimento desses projetos, que são um total de 11 projetos. Uma parte deles já tramitou na CCJ e alguns ainda estarão em tramitação numa sessão extraordinária na comissão de Constituição e Justiça.

Nós assumimos, hoje pela manhã, o compromisso de, ao menos, haver um tempo de uma semana para fazermos uma avaliação de todos os projetos, pois são projetos que mexem com a vida dos servidores, com a questão financeira deles.

Nós tivemos projetos que foram acordados internamente no governo e depois vieram para cá, e não foi isso que se tinha sido acordado.

Então, precisamos estudar os projetos, acompanhar com a nossa assessoria jurídica, fazer cálculos e buscar dados para podermos ter esta semana para fazermos as avaliações.

A nossa bancada, já em outros momentos, quando esta Casa estava totalmente lotada de servidores das escolas técnicas e de tantas outras categorias que lá atrás não tiveram reajuste, e quando outras tiveram negociação e reajuste, sempre esteve favorável e sempre dissemos, nesta tribuna, que

precisamos construir uma política de valorização dos trabalhadores.

Hoje pela manhã vários trabalhadores nos procuraram dizendo que precisam que se inclua no texto a valorização da preparação e da qualificação de servidores. É preciso que alguém que se preparou e estudou tenha dentro da carreira essa valorização também.

São inúmeros temas, daí a amplitude e importância que os projetos têm. Nós estamos assumindo esse compromisso de fazer esse trabalho muito criterioso, muito sério, para até a semana que vem podermos nos posicionar sobre os diversos projetos, e assim nos posicionarmos favoráveis quando for benefício às pessoas, principalmente. Quero deixar isto muito claro e registrado aqui: quando são pessoas que atendem o nosso povo lá nos municípios, na ponta, que fazem um trabalho atendendo o nosso povo catarinense, prestando serviço.

Portanto, o serviço público só tem sentido de existir se for para fazer o bem para a sociedade, construir um estado democrático, um estado que atenda a nossa população nas mais diversas áreas, seja na segurança, na saúde, na educação.

Nós sempre cobramos que precisamos aproximar essa diferença dessa pirâmide salarial em que alguns estão com os salários lá em cima e outros muito abaixo.

Agora temos um projeto nesta Casa que eleva ainda mais essa pirâmide para alguns que vão receber o teto não do governador, mas o teto do Judiciário. E nós estamos discutindo esse tema. Por quê? Porque quanto mais dermos para um pequeno grupo, mais a maioria vai ter dificuldade para negociar. Aí o secretário da Fazenda diz: "Mas nós já estamos chegando no topo aqui. Nós já não podemos mais dar aumento salarial para os de baixo porque os de cima já estão levando tudo". E aí?

Então, por isso estamos preocupados e queremos qualidade salarial para o conjunto dos trabalhadores, e que possam servir e atender bem a população catarinense. Assim, sempre contem conosco nesta luta!

Mas, hoje, em nome de nossa bancada, não poderia deixar de vir a esta tribuna para trazer o tema do julgamento da Ação n. 470, que a mídia brasileira batizou como mensalão. Estivemos, ontem, na reunião do diretório nacional, ocasião em que discutimos muito isso. E temos inúmeras posições, inclusive de pessoas da OAB nacional, de lideranças dos mais diversos níveis da imprensa e de outros órgãos, de entidades que estão-se posicionando sobre esse fato que mexe profundamente com a história jurídica do nosso país. Hoje são alguns, amanhã poderá ser alguém daqui.

Mas, quero tecer alguns comentários sobre isso, quando aprovamos no encontro uma nota em defesa da presidente Dilma Rousseff e contra as ações orquestradas pela Oposição ao nosso projeto de governo e ao nosso partido. E no texto criticamos o STF devido ao casuísmo jurídico que imperou no julgamento da Ação Penal n. 470, um julgamento injusto que aplicou erroneamente a teoria jurídica do domínio do fato e instalou a insegurança jurídica em nosso país. Domínio do fato, deputado Altair Silva e público que nos acompanha, é você ser uma liderança em algum órgão e alguém que está sob seu domínio, sua gerência, cometer algum erro. Você pagará sobre isso, seja prefeito ou governador.

Então, por isso, que estamos chamando a atenção pela insegurança jurídica que se instala. Eu vi, por exemplo, essa semana, em São Paulo, na prefeitura, que o ex-prefeito Gilberto Kassab, ou alguém do governo dele, deputado Maurício Eskudlark, botou a mão na cumbuca. Agora, o prefeito será responsável. A partir de nosso novo julgamento o prefeito e qualquer secretário que cometer um erro, corrupção, responderá por isso e diretamente será condenado. Isso foi o que aconteceu com José Dirceu e o prenderam. Não há uma prova concreta no processo de que ele participou do esquema e fez-se um julgamento de uma liderança política histórica deste país que ajudou a fazer as grandes transformações.

Portanto, é um julgamento injusto que traz essa insegurança jurídica no país. Foi um julgamento nitidamente político, influenciado pela mídia conservadora, alheio às provas dos autos que preferiu a especulação aos fatos, culminando em prisões arbitrárias, contrariando, inclusive, jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal e colocando em risco a vida do deputado José Genoíno, cardiopata, recém-operado e que tem direito à vida.

Reiteramos, convictamente, que nenhum dos nossos filiados comprou votos no Congresso Nacional e tampouco houve pagamento de mesada a parlamentares. Reafirmamos que não houve, da parte dos petistas condenados, utilização de recursos públicos, nem apropriação privada e pessoal para enriquecimento.

Infelizmente, companheiros históricos do partido que lutaram pela democracia brasileira estão sendo vítimas de uma tentativa de linchamento moral, visando criminalizar o PT e influenciar na disputa eleitoral de 2014.

O diretório nacional também reafirmou a sua luta por uma Constituinte exclusiva para reforma política e pelo financiamento público das campanhas. Hoje, a democracia está ameaçada pelo poder econômico que financia campanhas milionárias, coloca *marketing* político pessoal acima do debate de programa de governo e de ideologia dos partidos.

Então, quero aqui reafirmar a perspectiva que nós estamos trabalhando e fazer uma pergunta: por que justamente a ação no feriado? Por que levar os condenados a Brasília? Isso teve um custo. A lei diz que cada condenado pode ser preso no seu estado. Por que levar todos para Brasília?

É nítido e claro que isso foi para fazer um grande espetáculo midiático. Só falharam em uma coisa: eles queriam pegá-los, algemá-los e tirar uma foto para a grande mídia continuar fazendo essa propaganda, essa grande peça publicitária que se faz desde o início. Na democracia não cabe isso.

Então nós estamos condenando com toda segurança essa forma e essa insegurança jurídica que se instalou no nosso querido Brasil.

Por isso, nós temos muita certeza e muita clareza de fazer essa discussão com a sociedade brasileira, com o povo brasileiro. Fizemos mudanças, transformações e queremos continuar fazendo-as para o povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Altair Silva, da grande Chapecó, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Boa-tarde a todos! Agradeço pela oportunidade de estar fazendo uso da palavra em nome do Partido Progressista. E como o presidente falou da grande Chapecó, aproveito esta oportunidade, deputada Luciane Carminatti, para falar da Associação Chapecoense de Futebol da nossa cidade.

Tive o privilégio, aos 29 anos, de ser adotado por Chapecó e lá constituí a minha família e as minhas atividades profissionais. E agora tenho a oportunidade de, junto com v.exa., deputada Luciane Carminatti, deputado Gelson Merisio e deputado Narcizo Parisotto, fazer parte da bancada dos deputados estaduais de Chapecó, mesmo por um curto período. Mas Chapecó passa a ter quatro deputados estaduais, e nós estamos aqui representando a Casa e a nossa cidade com muita alegria. Evidentemente que sempre lembrando da nossa terra natal, que nascemos em Major Gercino, fomos criados em São João Batista, mas construímos a nossa vida profissional na cidade de Chapecó.

Mas a Chapecoense, no último sábado, conquistou a mais gloriosa de suas conquistas: o acesso à Série A.

(Passa a ler.)

"A Chapecoense, que representa o grande oeste de Santa Catarina, vem fazendo um trabalho que começou em 1973 quando foram dados os primeiros passos. E logo em seguida vamos lembrar que o primeiro jogo de camisa que a Chapecoense recebeu foi por doação do empresário Ernesto de Marco, uma das lideranças da nossa cidade, sendo que essas lideranças tiveram, naquele momento, participação marcante, entre eles, Heitor Pasqualotto, Avelino Biondo, Moacir Fredo, Arthur Badalotti, Gentil Galli e Plínio Alindo de Nês, líderes empresariais e comunitários que deram os primeiros passos para a formação da nossa Chapecoense.

No ano de 1973, formou-se a primeira diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, tendo como primeiro presidente o sr. Lotário Immich e como vice-presidente o sr. Gomercindo L. Putti.

Nós vamos lembrar que a grande participação, que já foi relembada pelo jogador Beto, da equipe da época, que relata o primeiro jogo profissional, foi contra o São José de Porto Alegre, no campo do Colégio São Francisco, quando a Chapecoense venceu com 1 x 0. Portanto, a Chapecoense já nasceu vencedora.

O segundo jogo foi realizado na cidade de Xaxim contra o Novo Hamburgo, e também veio a Florianópolis jogar contra o Avaí, e empatou com 2 x 2. Empatar com o Avaí na naquela época, na nossa capital, foi a maior glória para a Chapecoense, relata o sr. Pelisser.

Hoje, a Chapecoense tem o apoio de empresários, dirigentes, atletas, ex-atletas, sócios, torcedores e, principalmente, da imprensa local.

No ano de 1977, conquistou o seu primeiro título estadual, que foi reconquistado novamente nos anos de 1996, 2007 e 2011. Portanto, quatro títulos estaduais.

No ano 2006, a equipe foi campeã da Copa Santa Catarina. Em 2009, ao disputar a Copa do Brasil, a Chapecoense teve acesso à série D do Campeonato Brasileiro de Futebol. Com a classificação na

série D, ainda em 2009 obteve o acesso à série C, competição que passou a disputar a partir de 2010.

O título de 2011 também credenciou a Associação Chapecoense de Futebol à disputa da Copa do Brasil, segunda disputa mais importante do futebol brasileiro, dando condições, inclusive, para a disputa da Copa Libertadores da América.

O ano de 2012 marcou a principal temporada do Verdão. Classificado para a semifinal da série C, a equipe comandada por Gilmar Dal Pozzo conquistou o direito de disputar a Série B em 2013.”

Pois bem, falando do ano de 2013, a Chapecoense disputa o campeonato da Série B e é o primeiro time de Santa Catarina a conquistar por antecipação o acesso à Série A, deputado Kennedy Nunes.

Portanto, Chapecó vive um momento de muita glória e de muita alegria por estar conquistando esse importante acesso à Série A. Sábado e domingo foram dias de muita festa no grande oeste de Santa Catarina, nas ruas de Chapecó, comemorando o acesso da Chapecoense à Série A, como vice-campeão da Série B.

Agora, na próxima semana, deputada Luciane Carminatti, e o convite é extensivo a todos os deputados estaduais de Santa Catarina, nós vamos realizar uma sessão solene em homenagem à Chapecoense, no dia 26 de novembro, na próxima terça-feira, e prestaremos uma belíssima homenagem a esse time de Santa Catarina que se classificou para a Série A.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa. Nós também fizemos, ano passado, uma homenagem, já prevendo o futuro brilhante da Chapecoense, que agora se consolida. E hoje também será votado um requerimento de nossa autoria cumprimentando, conjuntamente, a Associação Chapecoense de Futebol, toda a direção, a equipe, os atletas, os patrocinadores e os empresários.

Nós estamos, eu diria, deputado Altair Silva, com o coração verde e branco, assim como todo o oeste de Santa Catarina, porque esse é um sonho de anos que agora se consolida com o resultado de muito trabalho. Parabéns a todos nós!

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Agradeço o aparte de v.exa.

Reforço o convite para que todos os deputados estaduais compareçam, na próxima terça-feira, em Chapecó, para compartilharem desse importante momento, que é a ascensão de mais um time representando o futebol catarinense na elite do futebol brasileiro.

Tenho certeza de que, pela garra e envolvimento da comunidade chapecoense, em 2014 também faremos um excelente campeonato, honrando Santa Catarina e, principalmente, a cidade de Chapecó.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Silva) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público presente nesta tarde de terça-feira, quero parabenizar a Chapecoense e o povo de Chapecó pelo acesso do time à Série A do Campeonato Brasileiro. Com certeza isso é muito importante para aquela cidade e para todo oeste do nosso estado.

O deputado Altair Silva falou há pouco que a Chapecoense foi o primeiro time garantido para a Série A - e acho que até será o único. Mas, diferente do que eu falei na semana passada, o meu Avaí, o nosso Avaí, deu adeus à possibilidade de classificação este ano. E numa situação um pouco menos dramática está o Figueirense. Mas o que está evidenciando é que entram dois nordestinos naquelas duas vagas que ainda faltam ser preenchidas para a Série A do ano que vem.

Portanto, parablenizo todo o povo de Chapecó e da região oeste, assim como a equipe e a diretoria da Associação Chapecoense de Futebol. E vamos torcer para que o Criciúma se mantenha para que tenhamos dois times catarinenses na Série A do ano que vem.

Quero fazer uma saudação aos servidores e servidoras do Poder Executivo de diversas categorias, de diversos segmentos do serviço público estadual, que estão nesta Casa. E temos aqui uma situação um pouco diferente da que tivemos nos últimos anos. Na tarde hoje temos diversos segmentos representados: os deslumbrados com a proposta que está em tramitação nesta Casa; os felizes, ou muito felizes, com as propostas em debate; os constrangidos a aceitar a proposta; e os envergonhados e os indignados.

Hoje setores do serviço público estadual abordaram-me no *hall* da Assembleia Legislativa dizendo que, inclusive, teriam o salário diminuído, se a matéria for aprovada da forma que veio para cá, o PL n. 504.

Sugiro que o Poder Executivo mantenha uma equipe 24 horas de plantão para cuidar para que não haja nenhuma injustiça. Ainda não tenho opinião formada acerca de alguns projetos, especialmente da PEC que está em discussão, porque se está elevando bastante o salário daqueles que ganham mais no nosso estado, temos uns barreiristas, que são servidores públicos, que ganham oitocentos e poucos reais. São R\$ 1,2 mil de salário bruto, com auxílio alimentação, se contarmos o auxílio alimentação, para ficar lá na divisa dos estados fazendo uma atividade importantíssima e perigosa. A atividade de todos é importante, evidentemente, mas temos que ter uma lógica de proporcionalidade. Dentro das instituições, é preciso uma lógica de proporcionalidade, como no serviço público em geral.

Quero parabenizar todos que estão aqui, desde os deslumbrados e muitos felizes, até os indignados, e dizer que estamos à disposição e que

torcermos para que possamos consertar ainda o que for possível antes do final deste ano.

Gostaria de parabenizar o conjunto dos servidores estaduais e dizer que é preciso se manter organizado e continuar organizando para que se possa, efetivamente, garantir que o estado faça uma política digna e isonômica para todos os segmentos, e não apenas para aqueles mais próximos do poder, como muitas vezes parece, e agora, inclusive.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero deixar aqui a minha posição, porque dizem que quem cala consente.

Eu não concordo com o que o deputado Sargento Amauri Soares falou em relação às pessoas que estão aqui, que há os deslumbrados e os mais ou menos. Eu acho que aqui há pessoas que estão satisfeitas diante daquilo que lutaram até agora para conseguir e as pessoas que não estão satisfeitas, que estão reivindicando e brigando por aquilo que querem. Há somente essas duas situações aqui.

Obrigado!

(Palmas)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu acredito, deputado Nilson Gonçalves, que para fazer este debate frente a frente com o deputado que assomou à tribuna para fazer uso do horário do partido, v.exa. deveria ter feito isso dentro do seu horário. Regimentalmente, sr. presidente, ele não

poderia ter feito esse embate com o deputado Sargento Amauri Soares. É um alerta para que isso não ocorra mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - A Presidência afirma que, quando o deputado Nilson Gonçalves pediu a palavra pela ordem não havia avisado do que ia tratar. Portanto, ele acabou falando isso daí.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores que honrosamente se fazem presentes, mais uma vez, no Parlamento catarinense, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, acredito que o técnico do som deve ser torcedor do Avaí ou do Figueirense, porque quando o deputado Altair Silva falou da Chapecoense ele baixou o volume do som. Mas não há problema! Este ano foi a vez do Chapecoense, no ano que vem será a vez do Joinville ou, quem sabe, do Figueirense e do Avaí também. Por que não?

Mas estão todos de parabéns. Essa ascensão do time demonstra a força econômica do oeste, precisamente na cidade de Chapecó, a organização daquela cidade e a motivação de um povo aguerrido, trabalhador e que orgulha todos nós em nosso país.

Quero, sr. presidente, antes de falar sobre os servidores, informar a todos os srs. deputados sobre o grande evento que vai acontecer este final de semana na cidade de Lages, que é a Convenção dos Despachantes.

Todos os deputados, praticamente, têm ligação com os despachantes, ajudam os despachantes, mas posso citar, mais precisamente, o caso do deputado Mauro de Nadal, que nos antigos tempos foi despachante, e que também é um aliado; do deputado Maurício Eskudlark, como delegado de polícia; do deputado Renato Hinnig, que ajudou a criar a cooperativa; e de tantos outros como o deputado Manoel Mota, que não é despachante, mas foi

caminhoneiro e agora já está quase despachando também.

Então, no sábado, vamos ter a grande convenção que acontece todos os anos reunindo 800 despachantes do estado de Santa Catarina.

Deputado Silvio Dreveck, esse é um segmento que emprega, aproximadamente, dez mil trabalhadores em Santa Catarina, aquece a nossa economia e gera postos de trabalho sustentáveis. Mas, mais do que isso, é um segmento que se constitui num verdadeiro parceiro do governo do estado na arrecadação de taxas e que faz alguns trabalhos que deveriam ser feitos pelo governo, desonerando os nossos servidores públicos, como é o caso da emissão do licenciamento - porque é o único despachante do Brasil que faz o licenciamento no próprio despachante, e isso demonstra a excelência, a capacidade e a seriedade que os despachantes do nosso estado têm.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não! Ouço, de maneira breve, o amigo decano deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado Darci de Matos, e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e por contribuir para uma entidade tão importante, que é a dos despachantes.

Primeiro, houve uma luta dos despachantes de Santa Catarina. Nós, que estamos no sexto mandato aqui no Parlamento, evidentemente que já ouvimos o seguinte: emplacaram um carro clonado, emplacaram um carro roubado que tinha os números alterados. E depois houve a licitação e elegeram os despachantes de Santa Catarina, eu acho que os despachantes que temos são um orgulho para o nosso estado.

Houve uma luta para que fizessem o primeiro emplacamento e, em razão do que eles representam para Santa Catarina e do que proporcionam ao governo, eles conseguiram. V.Exa. foi quem encaminhou e devo dar-lhe os parabéns, pois acho que essa foi uma conquista importante. Nós

participamos, efetivamente, e hoje está definido que a partir do próximo ano os despachantes vão fazer o primeiro emplacamento e, ao invés de ficar um dia, ficará uma hora.

Então, quero cumprimentar v.exa. e dizer que, mesmo com as convenções, estaremos em Lages. E devo dizer que estamos prontos e preparados não somente para ir à convenção, mas também para votar nesse projeto do governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira que vai trazer benefícios a todos os trabalhadores do estado de Santa Catarina. E também estamos prontos e preparados para toda missão que for possível aqui no Parlamento catarinense.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Só para reforçar, gostaria de dizer que o deputado Renato Hinnig auxiliou na criação da Creditran e que o deputado Manoel Mota encaminhou o convênio da Adotesc com a Caixa Econômica Federal e está-se efetivando. Enfim, cada um tem dado a sua contribuição e por isso esse segmento tem crescido muito.

Já foi anunciada, mas no sábado vai ser efetivamente repassada aos despachantes pelo governador Raimundo Colombo, a notícia de que está em curso e que no ano que vem, a partir de fevereiro ou março, os despachantes poderão fazer também o licenciamento do veículo novo no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Darci de Matos, eu quero cumprimentar v.exa. pela forma como tem sido trabalhado nessa parceria com o segmento importante dos despachantes em Santa Catarina.

Temos acompanhado o trabalho junto com v.exa. e agora, com mais essa conquista da possibilidade de os próprios despachantes fazerem o certificado de registro de veículo novo no estado, isso, sem dúvida, cria mais uma alternativa de trabalho e

também uma comodidade aos usuários que precisam desse tipo de serviço.

Nós, com muito orgulho, temos acompanhado, junto com v.exa. o trabalho de apoio a essa importante categoria que tem orgulhado Santa Catarina. E posso dizer que é um exemplo para o Brasil inteiro a forma como é executado o trabalho pelos despachantes e a forma como estão organizados aqui no estado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, eu também quero parabenizar v.exa. Acho que esse é um encontro histórico, até pelas conquistas da categoria dos despachantes. Eles prestam um relevante serviço ao estado, um serviço que já foi inteiramente público e que hoje, sendo prestado pela iniciativa privada, tem-se mostrado eficiente, com um grau de integridade a toda prova, e que essa categoria resgatou.

Então, é muito importante a questão dos despachantes. Nós vemos hoje aqui a questão da vistoria de veículos pelas exigências do Denatran. O estado não tem como fazer o controle e todas as vistorias, e a terceirização, quando feita de forma competente e responsável, tem, sim, trazido grandes recursos para o estado. Mais de 90% do IPVA de Santa Catarina são arrecadados via despachantes, via Creditran.

Quero me irmanar com v.exa. nessa manifestação e parabenizar todos os despachantes do estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Eu quero concluir o meu pronunciamento falando dos servidores. Nós estamos, sr. presidente, vendo aqui nesta tarde a essência do Parlamento, que é a divergência, a convergência e o direito ao contraditório.

Temos hoje aqui servidores que, democraticamente, estão com faixas questionando o projeto que o governo mandou para esta Casa, um projeto, que, no meu entendimento, é ousado. E com

ele o governador Raimundo Colombo tenta resgatar a dignidade do servidor público que há muitos anos não tinha em Santa Catarina.

Portanto, devo dizer a vocês, servidores que estão questionando, divergindo e lutando, sobretudo, para que as melhorias possam ser maiores e melhores do que diz respeito aos seus salários, que continuem lutando. A todos vocês o nosso incentivo e o nosso respeito!

Agora, quero me dirigir aos servidores do Iprev, da secretária da Administração e da PGE. Vocês, servidores, no ano passado, quando nós procedemos às gratificações, às readequações dos salários das demais secretarias, foram esquecidos, vocês ficaram para trás.

(Manifestação das galerias)

Nesse projeto, sr. presidente, o governador resgata a dignidade, valoriza os servidores, no meu entendimento, de todas as secretarias, especificamente eu me dirijo a essas três secretarias. A gratidão é uma das maiores e mais importantes virtudes do ser humano, e vocês estão sendo gratos, nesta tarde, nesses últimos dias, fazendo-se presentes, agradecendo ao Parlamento catarinense e dando apoio ao projeto. Não precisaria, porque nós reconhecemos a importância que vocês têm no dia a dia do atendimento da população de Santa Catarina. E todos os servidores a têm, porque para ser servidor é preciso ter a vocação para ser servidor.

A atividade do servidor público é um sacerdócio, é difícil. Muitas vezes ele tem que atender a população em momentos difíceis, em momentos tensos. Mas, vocês têm sabido com inteligência e ponderação atender o nosso povo e a nossa gente.

Por isso, queremos que esse projeto, sr. presidente, que definiu cronogramas de pagamentos com as datas que estão consolidadas no projeto original, e que está aqui na Assembleia, possa ser mantido, porque, no meu entendimento é um avanço para uma grande maioria dos servidores públicos de Santa Catarina. Há algumas divergências, o

Parlamento vive nas divergências, mas é nas divergências que avançamos e que crescemos.

Por isso, devo dizer a vocês, que estão reclamando e pleiteando, que continuem lutando, porque a luta de cada categoria e de cada ser humano tem que ser reconhecida e valorizada por todos nós.

Com certeza, vamos dar celeridade à aprovação do projeto que se encontra nesta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Darci de Matos, que falou em nome do PSD.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc e telespectadores da TVAL, quero também cumprimentar os visitantes presentes nesta tarde nas galerias e que estão acompanhando os trabalhos de tramitação dos projetos de lei que estão nesta Casa, que tratam dos servidores públicos.

Eu, como servidor público, tenho acompanhado bem de perto toda essa questão e não tenho dúvida de que a luta de vocês é extremamente justa. Contem conosco, pois vamos também apoiar os pleitos justos de vocês, sendo vigilantes para que aquilo que vocês estão buscando efetivamente aconteça da forma desejada.

Mas aproveitamos o horário do nosso partido para falar sobre as nossas atividades partidárias, já que neste final de semana o PMDB realizará as suas convenções municipais nos 295 municípios do estado de Santa Catarina. O partido está organizado em cada um dos municípios e cerca de 20 mil filiados serão escolhidos nos municípios para fazerem parte dos novos diretórios. Depois haverá a escolha das novas executivas, que terão a responsabilidade de continuar conduzindo os

destinos do PMDB em cada um dos municípios do nosso estado. E é o trabalho de todos esses companheiros que faz com que o PMDB seja o partido mais bem estruturado aqui no estado e que tenha o maior número de vereadores, de vice-prefeitos e de deputados estaduais. Enfim, é o maior partido de Santa Catarina.

Nesse aspecto, nós estaremos acompanhando as convenções municipais. Cada parlamentar, na sua região, levará o apoio aos companheiros, motivando-os a participar para continuar construindo uma Santa Catarina cada vez melhor.

O PMDB tem efetivamente dado a sua contribuição nesse particular, e como presidente da Fundação Ulysses Guimarães aqui do nosso estado nós também temos a responsabilidade de, para o ano que vem, apresentar uma proposta de plano de governo para que o partido a ofereça à apreciação da população para que escolha os candidatos segundo as propostas que cada partido vai apresentar.

Nós, do PMDB, estamos trabalhando nesse sentido e já estamos constituindo as comissões temáticas que estão iniciando o trabalho. E vamos ampliar a discussão a partir dos novos diretórios municipais, com a participação também do PMDB de cada município, para que consigamos, efetivamente, elaborar uma proposta que esteja dentro da doutrina do partido, mas que atenda, efetivamente, o anseio da população de Santa Catarina. Essa, aliás, é uma marca do nosso partido, o PMDB, e nós temos muito orgulho de pertencer a essa sigla partidária que todas às vezes em que assumiu o governo fez um trabalho de fortalecimento dos municípios e de descentralização, que foi uma bandeira levantada pelo ex-governador Luiz Henrique. Ele implementou esse tipo de gestão em Santa Catarina, e que ainda está muito jovem, mas produz excelentes resultados, apesar das críticas que algumas pessoas ainda fazem a esse modelo.

Mas, de acordo com a pesquisa realizada, nós temos as informações de que quase 70% da população aprovam o modelo de descentralização implementado em Santa Catarina, que é uma forma de aproximação

do governo com a sociedade. Ele é a forma de a sociedade organizada de todos os municípios de Santa Catarina poder acessar, de alguma forma, ao governo do estado com os seus representantes das secretarias de Desenvolvimento Regionais bem próximas, atendendo às reivindicações da sua região.

Por isso, deveremos manter como proposta de governo do nosso partido esse modelo para que ele se fortaleça. É claro que por ser muito jovem ainda precisa de aprimoramento, e é isso que vamos buscar, realizar e concretizar na nossa proposta.

Esperamos poder também contar com a participação popular. No próprio *site* do nosso partido existe uma opção para as pessoas que quiserem apresentar as suas propostas e as suas opiniões encaminharem-nos. E elas serão recebidas, catalogadas, e nós consideraremos muito a opinião de cada pessoa que desejar participar.

No mais, quero fazer um apelo aos nossos parlamentares, prefeitos e vereadores para que participem desse momento importante do nosso partido neste próximo final de semana, visitando cada um dos municípios e estimulando os companheiros a participar. É um momento cívico de exercício da democracia partidária que precisa ser valorizado.

Estaremos presentes na região da Grande Florianópolis acompanhando todos os municípios da nossa região. E também aproveitaremos o momento em que estará sendo realizado o Congresso dos Despachantes, lá no município de Lages, no próximo sábado - e como há pouco aqui reverenciava o deputado Darci de Matos -, para estar também lá prestigiando essa importante categoria que realiza um trabalho de destaque em nosso estado. E nós nos sentimos muito orgulhosos de poderem nos intitular como um dos representantes dessa categoria no Parlamento catarinense.

Fizemos isso com muita convicção, porque todas às vezes que essa categoria teve a oportunidade de ser prestigiada pelo governo do estado, demonstrou ser confiável, competente e que todas as suas reivindicações visam, como pano de fundo,

melhorar a qualidade de serviços prestados à população de Santa Catarina.

E nós, que temos praticado essa questão da descentralização para poder facilitar a vida das pessoas, a vida dos cidadãos, podemos dizer que, sem dúvida nenhuma, o modelo adotado com a participação dos despachantes de trânsito aqui em Santa Catarina tem-se demonstrado eficiente, eficaz, contribuído para diminuir a burocracia e facilitar a vida do cidadão para resolver toda essa questão da documentação que se relaciona aos veículos e que a cada ano se faz necessária a sua renovação.

Portanto, quero aqui homenagear a Adotesc, que organiza, através de suas Regionais, esse congresso lá no município de Lages, e parabenizar os despachantes de Santa Catarina pelo orgulho que trazem a Santa Catarina. Eu tenho tido a oportunidade de participar de eventos dessas categorias em outros estados e percebi que existe sempre certa inveja branca, é verdade, no bom sentido, da atividade, da forma como existe o relacionamento entre o estado e essa categoria que presta excelentes serviços a Santa Catarina.

Era isto que eu desejava colocar, sr. presidente.

Muito obrigado e até uma próxima oportunidade!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, iria fazer uso da palavra, mas como pelo tempo não será possível quero fazer uma lembrança: hoje é o Dia da Bandeira, e nós precisamos prestar uma homenagem especial ao nosso maior símbolo.

Eu me lembro daquele tempo em que nós ainda cantávamos, no início das aulas, o Hino Nacional e o Hino da Bandeira. E o Hino da Bandeira é um dos que eu mais gosto: "Salve lindo pendão da esperança! Salve símbolo augusto da paz!"

Por isso, queria fazer o registro do Dia da Bandeira, que foi instituído para representar a nação brasileira, logo após o regime republicano. Em novembro de 1889, os brasileiros destituíram o império. E a partir disso daí, a bandeira, que foi desenhada por Décio Villares, foi apresentada quatro dias depois da independência, no dia 19.

Então, fica aqui o meu registro à nossa bandeira brasileira e também a todos nós, que sempre temos as nossas bandeiras de luta empunhadas.

O Sr. deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença do vereador de São Bernardino e do prefeito Elizio Rodrigues da Fonseca, de Romelândia.

Quanto à bandeira, queremos dizer que nós temos um costume, quando se canta o Hino Nacional, de virar para a bandeira. E não se deve virar. A mesa fica na posição que está e as pessoas também, porque quando se canta o Hino Nacional, a homenagem é ao hino. Nós temos três símbolos nacionais: o brasão, a bandeira e o hino. E não existe hierarquia entre os símbolos, pois são iguais.

Então, quando vamos às solenidades e começam a cantar o hino, a metade das pessoas vira para a bandeira. Mas elas não têm que virar, pois a homenagem é para o Hino Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sr. deputados, antes de entrarmos na Ordem do Dia, quero fazer uma convocação aos srs. deputados para que desçam ao plenário, pois precisamos de quórum para deliberar sobre a PEC.

Por este motivo, vou suspender a sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos. Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0007/2013, 0126/2012, 0246/2013, 0419/2013, 0503/2013, 0538/2013, 0552/2013, 0565/2013, 0567/2013, 0605/2013, e 0696/2013.

Comunica também que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0682/2013.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de anunciar a presença do vereador de Papanduva, Edegar Ostrovski, o popular batata, que se encontra nesta Casa.

Quero parabenizar a cidade pela grande exposição de seus potenciais fotográficos, mostrados na Assembleia Legislativa, num convênio entre a prefeitura municipal da cidade e a Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição PEC n. 0006/2013, de procedência governamental, que altera o art. 23 da Constituição do Estado de Santa Catarina (teto remuneratório dos servidores públicos estaduais.)

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, peço cinco minutos para dar tempo de

completar o quórum e para falar a respeito dessa PEC.

Eu queria dizer, inicialmente, a respeito da polêmica anterior, que estava me referindo ao conteúdo dessa PEC.

Sou servidor público estadual e daqui a pouco voltarei a viver apenas com o salário de servidor público estadual. Antes de ser servidor público, eu era agricultor, colono. Há 28 anos sou servidor público estadual.

E àqueles que estão contentes com a proposta que está aqui, os nossos parabéns. Os compromissos históricos que assumimos, manteremos todos.

Mas quero falar a respeito dessa PEC, porque são justamente o conteúdo e o derivado dela que também estão expressos em outros projetos de lei complementares que estão sendo analisados na Assembleia, neste momento, é que provocam o sentimento ao qual estava-me referindo anteriormente.

Até porque, como servidor público estadual de categoria de base, posso dizer que a minha categoria encontra-se entre os constrangidos com o pacote para nós, servidores da segurança pública, especialmente militares, que está neste Poder.

Vou ler:

(Passa a ler.)

(...)

"Art.1º O art. 23 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23.....

III - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a 90,25%(noventa inteiros e vinte e cinco

centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste inciso aos subsídios dos Deputados Estaduais."

Ainda bem que os deputados, nós, não entramos nessa.

E lá no parágrafo único do art. 2º dessa PEC, diz:

(Continua lendo.)

"Parágrafo único. A aplicação do disposto neste artigo não poderá implicar redução de subsídio, remuneração, proventos ou pensão, em relação aos servidores públicos e agentes políticos, ativos, aposentados e pensionistas, já limitados aos subsídios dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado." [sic]

Ou seja, uma PEC que eleva a cúpula de todos os Poderes e de diversas instituições do estado irá passar a ser o salário do desembargador do estado de Santa Catarina. E ainda há o parágrafo um para dizer que quem ganha mais não pode reduzir.

Então, esse elemento, para mim, constrange em votar, porque nós estamos dizendo que todos os Poderes, órgãos, instituições, autarquias, fundações, quem quer seja, receberão 90,25% do salário do ministro do Supremo Tribunal Federal.

E isso num estado em que se reclama todas as vezes que os servidores se mobilizam e fazem um movimento de paralisação para melhorar um salário ínfimo que ganha uma grande quantidade de servidores estaduais - e o estado de Santa Catarina está dizendo que aqui talvez mais de mil servidores catarinenses receberão mais que a presidente da República, mais que um general -; num estado que não pode fazer uma política salarial justa para os professores, para a base da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Saúde, porque faltam recursos.

Então, esse é o constrangimento que nos move a votar, sim, a favor de todos os projetos que os servidores de base defenderem e acharem que estão corretos. Vamos votar favorável e não faremos qualquer iniciativa no sentido de prejudicá-los.

Fizemos emendas aos projetos dos militares estaduais que estão aqui e naquilo que está relacionado ao salário e direito dos praças, que é a minha categoria. Fizemos emendas nesse sentido e tão-somente.

No entanto, como parlamentar e cidadão catarinense não posso deixar de registrar o meu constrangimento em estarmos elevando o teto daqueles servidores que já ganham mais aqui no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente. E, portanto, o meu voto é "não" a essa PEC.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu entendo que estamos votando aqui a admissibilidade da PEC, mas quero registrar a minha insatisfação com o que ocorreu na CCJ. Eu continuo insistindo que no art. 138 do Regimento interno temos direito, como parlamentar, de pedir vista de qualquer PEC ou projeto que tramite, e que nos foi negado.

Quero, também, falar aqui do meu constrangimento, uma vez que nós recebemos diariamente funcionários públicos e trabalhadores de algumas áreas. E, hoje, por exemplo, nós votamos a questão do piso dos trabalhadores em hospitais privados no estado catarinense, que é de R\$ 700,00 a R\$ 900,00. Assim, isso me constrange e, pior, nós vamos botar na mão de Joaquim Barbosa o momento de aumentar ou não o salário desses servidores, porque não é mais o Executivo catarinense que define sobre salário de servidor. Agora está vinculado ao Supremo Tribunal Federal.

E quero registrar aqui que há um comentário muito forte - e estive, ontem, em São Paulo - sobre a previsão de se aumentar o salário dos ministros em torno de R\$ 50 mil logo, logo.

Nós estamos aqui com os nossos servidores vinculados a essa PEC, e esse é o nosso problema. E aqui nesta Casa nós, há algum tempo, trabalhamos

muito para trazer o piso do salário de deputado, e agora nós estamos novamente desvinculando, inclusive, deste Poder.

Então, eu me sinto muito constrangido em discutir esse tema mais uma vez nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, há um grande equivoco naquilo que foi dito. Essa PEC não aumenta o salário de ninguém, ela permite que as pessoas ganhem acima do teto do governador. Hoje, a grande maioria das carreiras jurídicas do estado já ganhou na Justiça o direito de receber esse teto constitucional, que é dos ministros da Fazenda, da procuradoria, de quase todas as categorias.

E agora o próprio IGP será prejudicado, assim como os delegados, os oficiais e várias carreiras. Por quê? Porque está ganhando R\$ 17 mil ou R\$ 18 mil, mas está recebendo R\$ 13 mil, porque está no teto do governador.

Então, esse projeto não prevê aumento nenhum. Ele prevê que, efetivamente, o que a pessoa está recebendo, aquela que fez curso, que se capacitou, que teve promoção, receba, efetivamente, o seu salário. Isso não quer dizer que se Joaquim Barbosa for aumentar o teto dos ministros, vai aumentar o salário dos servidores públicos do estado. Isso só vai permitir que, efetivamente, recebam aquilo que é justo.

Então, hoje, alguns poucos servidores de carreira jurídica do estado - e vai ser o caso dos peritos - vão deixar de receber, porque têm o teto constitucional.

Portanto, o que se está fazendo é, sem se elevar o salário do governador, porque o governador não concorda com a elevação do seu salário, que se eleve o teto constitucional para que se faça justiça a várias categorias.

A maioria ganhou na Justiça. Quem entrar na Justiça acaba ganhando e o estado está, efetivamente, corrigindo essa distorção. O restante é discurso para agradar. Não é verdade, essa proposta de emenda constitucional não aumenta salário de ninguém.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, permita-me fazer uma breve consideração com relação ao tema.

Entendo, diferentemente do que o deputado Maurício Eskudlark se pronunciou, que eleva, sim, o salário e a remuneração de alguns servidores de carreira. Vejam bem: na medida em que o teto passa a ser vinculado ao teto do Supremo e não mais ao Poder Executivo, e na medida em que o teto do Supremo passa a ser de R\$ 50 mil, por exemplo, nós estaremos elevando o teto para os servidores do Poder Executivo. E é importante dizer que nós temos só um cofre, nós não temos dois cofres.

Então, se há recursos para pagar um salário mais elevado para alguns poucos, isso significa que a grande maioria que recebe desse mesmo cofre continuará recebendo muito mal.

Entendo que nós temos que cada vez mais fazer justiça e diminuir a distância entre o maior e o menor salário. Isto, sim, é valorizar os servidores públicos catarinenses.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria, com os votos contrários do deputado Sargento Amauri Soares, da deputada Luciane Carminatti e do deputado Dirceu Dresch.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0253/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que denomina Rodovia Prefeito Alcides Angelo Saretto o trecho da rodovia SC-108 compreendido entre os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0370/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que dispõe sobre a implantação de espaço de retenção para bicicletas e motocicletas e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0780/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0781/2013 e 0782/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.210/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.211/2013 e 1.212/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 1.213/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.214/2013, 1.215/2013, 1.216/2013, de

autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.217/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Moção n. 0113/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao sr. Vilmar Bitencourt, manifestando aplausos pela ação social desempenhada em prol de famílias carentes no município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Aprovada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu solicito que v.exa. consulte todos os líderes sobre a possibilidade de votarmos ainda nesta sessão o Projeto n. 0027/2013, do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Se v.exa. me ajudar a trazer mais um deputado para o plenário para somar 21 deputados, eu o farei. De outra forma, não temos como discutir essa matéria.

Srs. líderes de bancadas desta Casa, o deputado Darci de Matos está pedindo que seja colocado extrapauta o Projeto de Lei Complementar n. 027/2013, oriundo do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina -, que altera o art. 18 da Lei Complementar n. 0367/2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Como é costume desta Casa, quando se trata de um projeto que não está na pauta, devemos consultar os líderes para saber se há concordância para a votação.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, em nome do PCdoB, queremos dizer que nós temos que ter mais clareza sobre esse projeto, pois ele vai mexer na legislação da magistratura estadual.

Por isso, peço que deva ser analisado na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Como já está havendo discordância, vamos evitar de colocá-lo na pauta de hoje.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero apenas dizer que a nossa bancada concorda em votar, apesar de que já houve manifestação contrária. O projeto já tramitou nas comissões, já houve debate nas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Portanto, eu não vejo nenhum impedimento de votarmos essa matéria, até porque é um projeto que cria critérios para os diretores de fóruns, enfim, juízes que assumem direção de fórum.

Por isso, a nossa bancada está de acordo, mas, volto a repetir, se não houver consenso, a nossa manifestação é a favor da matéria.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Só para registro, sr. presidente, e até diante da solicitação do deputado Darci de Matos, gostaria de dizer que a bancada do PMDB também está de acordo com a deliberação em plenário do projeto, entendendo a posição do colegiado de líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não houve consenso das lideranças e eu colocarei este projeto na pauta da sessão de amanhã.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Há sobre a mesa dois requerimentos de deputados pedindo a suspensão da sessão, que, regimentalmente, foram acatados e assinados pelos líderes das bancadas.

Portanto, está suspensa a sessão por 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Blumenau, em homenagem ao cinquentenário do Sindilojas.

Está encerrada a presente sessão.